

**El-Niño  
deixa Giza  
em alerta**



CO<sub>2</sub> \$

# Negócio à espera da lei

**Governo prepara legislação que vai orientar o sequestro de carbono, numa altura em que há projectos milionários que aguardam pela aprovação.**

# COMPRE TRACTORES

**Novos**  
ou  
**Recondicionados**  
e Respectivas  
**Alfaías**



**Para  
Encomenda  
Contacte-nos**

*terramagazinemz@gmail.com*

# CONTEÚDOS



## 07 NEGÓCIOS DO CARBONO À ESPERA DE

Uma equipa multisectorial está a trabalhar na preparação de uma legislação que vai regular o negócio do carbono no país. Dados seguros indicam que há milhões de dólares em investimentos em projectos à espera de aprovação, num processo que, em parte, está dependente da finalização do instrumento legal.

## 10 NECESSÁRIOS 14% DO PIB PARA ACÇÕES DE ADAPTAÇÃO

Agricultores do sector familiar vivem momentos de incertezas por conta das mudanças climáticas. Com a chuva e o calor a acontecerem cada vez mais fora de época, o período para as sementeiras ficou baralhado.

## 12 CARVOEIROS ACELERAM EXTINÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS

As marcas da devastação das florestas pela produção do carvão vegetal continuam a uma velocidade alta no país. Alguns carvoeiros estão cientes do impacto para as futuras gerações mas dizem que “Deus vai resolver”.

## 20 PREÇO DA CASTANHA DE CAJU VOLTA A DIVIDIR OPERADORES

Para a campanha de comercialização da próxima colheita os produtores serão pagos 35 Meticais, menos dois Meticais comparativamente à safra passada. o novo preço foi acolhido com sabor amargo pelos produtores.

## 21 GOVERNO APROVA REGULAMENTO DE

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 19 de Setembro, um novo regulamento para orientar o uso e produção de biocombustíveis puros e suas misturas com produtos petrolíferos no país.



# 09

## PARCEIROS SINALIZAM OPÇÕES PARA FINANCIAR DANOS

Parceiros internacionais dizem haver grande potencial interno para captar recursos para a reparação de danos resultantes de efeitos climáticos e apontam a exploração do gás como uma delas.



# 16

## EL-NINHO COLOCA ZONA SUL EM ESTADO DE ALERTA

Pelo menos cinco distritos poderão enfrentar uma seca severa durante a época chuvosa que inicia este mês. Milhares de camponeses e criadores de gado vivem momentos de incerteza sobre o futuro.



# 14

## TERRORISMO DEIXA MARCAS NEGATIVAS NA AGRICULTURA

Em entrevista à Terra, o governador de Cabo Delgado, Valige Tauabo, fala do impacto do terrorismo no sector produtivo e das medidas em curso para contornar o

**Aceda a nossa**  
*plataforma*  
**online através do**  
*www.revistaterra.co.mz*



## Ficha técnica

### Propriedade

WISE Communication Lda

### Publicação:



### Revista Terra

Rua da Resistência n.º  
1642, 3º Andar, Porta M  
Telef.: +258842399758,  
+258847322282 e  
+258821233910

Email: terramagazinemz@gmail.com

### Registo sob n.º

122/GABINFO/  
DEPC/210/2022

### Editor

William F. Mapote

### Redacção:

William Mapote  
Julio Armino F.  
Guilherme FM  
Israel Falcão

### Colaboradores permanentes:

Arcelino S. Cumbi  
(Inhambane)

Nordino Gabriel (Cabo Delgado)

Carma S. (Nampula)

### Revisor Linguístico:

AR&Servicos SU

### Maquetização

Revista Terra  
Flora Langa

### Fotografia

Albino Mahumana

### Online

Rui Baltazar

### Webdesign

Rui Baltazar

### Administração:

Narciso Filimão

website: [www.  
revistaterra.co.mz](http://www.revistaterra.co.mz)

### Twitter:

@revistaterramz

# Editorial

## Porquê é que se calam (?)

Desde que Moçambique se tornou independente que se elegeram a agricultura como a base do desenvolvimento, de tal forma que este pensamento se transformou num comando constitucional.

Dos méritos deste alinhamento, a história não se cansa de provar. Mesmo quando os investimentos e receitas milionárias nos recursos minerais enchem os cofres e atrofiam as mentes, com a falsa sensação de que se pode substituir a produção da comida pela sua importação.

Depois dos ensaios promissores que a agricultura experimentou na primeira década pós-independência, a agricultura “como base para o desenvolvimento” é apenas uma retórica e não passa disso.

Apesar do potencial da terra e todas as vantagens comparativas com os todos os países da região, fica a sensação de que há forças, sobretudo internas, que não querem o sector contribuir para uma soberania alimentar do país.

Mais do que isso, o sector se mostra, tristemente, como uma fonte para programas que não mais são do que propagandas e vendedores de utopias, brincando com o lado mais sensível das necessidades do povo, a comida.

Mais grave de tudo é que, apesar dos investimentos milionários que têm sido mobilizados e alocados, o sector tem servido como vaca leiteira para minorias qualificadas.

Desde os PROAGRI (I e II), a REVOLUÇÃO VERDE e agora o SUSTENTA, a relação entre o volume de investimentos alocados e os resultados para médio e longo prazos, mostra que continuamos de tudo o mesmo.

Se alguns casos a história e o tempo enterraram, há mês e meio que temos vindo a acompanhar informações dando conta que afinal, o SUSTENTA também não foge à regra: está a alimentar os apetites de singulares, a moda de “Yanwani a khumba yi yetlele” (Mamem que a porca está a dormir), como cantava o saudoso músico moçambicano ...

Não queremos simplesmente concluir como sendo, necessariamente, verídico o que do SUSTENTA se diz, mas, perante tamanha seriedade do assunto, preocupa-nos o silêncio de quem do governo para, pelo menos trazer a versão oficial ou numa simples frase dizer algo como “é tudo mentira”.

Porquê é que se calam? Merecemos uma esclarecimento.

*Desde o PROAGRI (I e II), a REVOLUÇÃO VERDE e agora o SUSTENTA, a relação entre o volume de investimentos alocados e os resultados mostram que continuamos de tudo o mesmo.*



William Mapote

E-mail: [wilpote@gmail.com](mailto:wilpote@gmail.com)

**CARBONO:**

# Negócio de milhões à espera de legislação

Moçambique foi dos primeiros países a receber créditos de carbono pela sua contribuição na redução das emissões e perfila agora como um dos potenciais campos para o “sequestro” de um activo que promete dominar o negócio verde.



Floresta de um projecto criado para o sequestro de carbono

**É** o novo negócio do planeta que promete gerar riquezas e contribuir para os desafios de uma planeta sustentável.

Os créditos de carbono são apontados como uma grande oportunidade de negócio e Moçambique apresenta-se como um potencial fornecedor.

Segundo dados oficiais, neste momento há milhões de créditos prontos para serem colocados no mercado, facto que o overno espera que aconteça em breve.

“De acordo com a nossa recente avaliação, Moçambique tem cerca de 45 milhões de créditos disponíveis para o mercado” disse recentemente a Ministra da Terra e Ambiente, Ivete Maibaze.

Em Agosto de 2021 o país recebeu 50 milhões de dólares pagos pelo Forest Carbon Partnership (FCPF), para compensar a contribuição do governo na redução do carbono por desmatamento. Através do Programa de Gestão Integrada da Paisagem da Zambézia.

Desde então têm perfilado pequenas iniciativas para estimular às comunidades e o sector empresarial a apostar neste negócio, contudo, o país está at-

rasado na legislação desta matéria.

Para resolver as lacunas legais uma comissão intersectorial que integra os ministérios da Economia e Finanças, Terra e Ambiente, e Indústria e Comércio trabalham para a elaboração de uma legislação específica para regular a comercialização do carbono.

Segundo uma fonte próxima ao processo, a proposta de lei deverá estar concluída “em breve”, acreditando-se que até ao final do ano possa ser aprovada.

Enquanto isso, fonte segura disse à Revista Terra, haver uma considerável procura de oportunidades de investimento em projectos para o sequestro de carbono.

Uma das empresas com projecto na fila de aprovação pertence à Blue Forest, uma empresa de capitais dos Emirados Árabes Unidos (EAU) que, segundo fonte oficial, pretende investir cerca de Um bilião de Meticais para exploração florestal na Zambézia.

#### Projectos em curso

Em Moçambique, o decreto nº23/2018 aprova o Regulamento

REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal), incluindo a conservação e o aumento das reservas de carbono florestal, bem como o manejo sustentável das florestas.

De acordo com dados por nós apurados, actualmente, Moçambique apresenta 32 projectos em curso, cinco dos quais na Zambézia e outros tantos em Sofala; Nampula com quatro; Cabo Delgado e Manica com três cada; Gaza e Inhambane com dois cada; e as províncias de Maputo, Niassa, Tete e a Cidade de Maputo com apenas um projecto cada.

Dos 32 projectos, 28 estão na fase de estudo de viabilidade, três na fase de licenciamento e apenas o Programa de Redução de Emissões da Zambézia se encontra activo.

**45**  
**MILHOES**

De créditos disponíveis para serem colocados no mercado.



## COMO FUNCIONA O MERCADO

Em termos gerais, o mercado de carbono atribui um valor financeiro à redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) que contribuem para o aquecimento global.

Cada crédito de carbono corresponde a uma tonelada de CO<sub>2</sub> que deixou de ser lançada na atmosfera. E este mercado divide-se em duas vertentes: mercado regulado e mercado voluntário.

O mercado de carbono regulado tem como base os acordos que diferentes governos e/ou regiões realizaram, através dos quais são estabelecidas metas e compromissos de redução e compensação de emissões de gases de efeito de estufa, que são regulados internacionalmente, por regiões e países.

Segundo as nossas pesquisas, as empresas nesses territórios são legalmente obrigadas a cumprir essas metas, o que significa que têm limites estritos para as suas emissões de GEE. Muitas empresas, apesar de melhorarem os seus processos, implementarem novas tecnologias e até reduzirem as suas emissões, nem sempre conseguem cumprir as metas determinadas. Nestes casos, as mesmas podem comprar créditos de carbono gerados por projectos

que estejam a remover carbono da atmosfera, tais como projectos de reflorestamento ou conservação florestal. A ideia é que todas as partes saem a ganhar, a empresa continua a poder manter a sua produção, o proprietário do projecto recebe um valor pelos créditos de carbono emitidos e, por fim, o Governo, através de vários projectos similares, acaba por cumprir as metas acordadas internacionalmente.

Por seu turno, o mercado de carbono voluntário é completamente opcional e não está sujeito a regulamentações. Qualquer entidade, seja empresa, indivíduo ou organização não governamental (ONG), pode optar por participar voluntariamente. Também se chama mercado “reputacional”, onde os compradores de créditos de carbono o fazem para melhorar a sua performance social, ambiental e, também, em alguns casos, para poderem aceder a financiamentos com taxas de juro bonificadas.

### Custo dos créditos

A mensuração do valor dos créditos de carbono é complexa e, de certo modo, pouco transparente, o que resulta numa variação bastante significativa no valor dos créditos de carbono. A variação pode ser determinada pelo tipo de projecto, local de implementação, dimensão, met-

odologia de acreditação, formato de negociação, dinâmica da procura e da oferta global, acontecimentos geopolíticos, entre outros aspectos.

Segundo o relatório “State and Trends of Carbon Pricing 2023”, do Banco Mundial, os preços dos créditos de carbono tiveram quedas significativas ao longo do ano de 2022, sendo os créditos gerados através de projectos ou programas baseados na natureza os que experimentaram a maior queda, passando de cerca de USD 16 para pouco menos de USD 5.

A guerra na Ucrânia é apontada como um dos principais motivos para a queda dos preços.

A mesma fonte indica que se tem verificado, também, uma bifurcação nos preços e disponibilidade de créditos entre os mercados de balcão (OTC) e os negociados em bolsa, pois, pese embora os preços dos créditos negociados em bolsa tenham caído, os preços médios no mercado de balcão (mercado não regulamentado) aumentaram mais de 70%. Isso sugere que os vendedores de créditos de alta qualidade podem optar por negociações bilaterais, em vez de usarem as bolsas de mercados. As previsões apontam para um aumento gradual nos preços, embora ainda abaixo dos níveis de 2021.

# Parceiros sinalizam novas fontes para compensação de danos ambientais

O nível de vulnerabilidade a factores climáticos constitui um dos principais desafios da actualidade para Moçambique. A cada ano que o país é assolado por ciclones, a situação de milhares de pessoas se agrava e desafia o governo a encontrar alternativas para mitigar os efeitos.



Kajsa Johansson - chefe adjunta da missão e Chefe de cooperação da Embaixada Suécia em Maputo

---

Redação

---

O grupo de parceiros internacionais que apoiam Moçambique nas questões ambientais (em particular) defende que o país deve explorar todas as oportunidades existentes, quer a nível interno quer internacional, com vista a assegurar fundos para mitigar os danos e perdas causados pelos desastres naturais.

Para além das janelas criadas no quadro dos acordos globais, nomeadamente através do Fundo de

Compensação de Danos e Perdas, aprovado na COP27, que teve lugar no ano passado, no Egipto, os parceiros de cooperação para o desenvolvimento consideram que há um potencial interno que deve ser explorado.

“Há um potencial interno de geração de fundos, através de projectos de exploração de gás natural e recursos minerais, que podem ser aplicados para resolver problemas ambientais de desastres naturais”, apontou Kajsa Johansson, Chefe Adjunta de missão e Chefe de Cooperação da Embaixada da Suécia em Maputo, na qualidade de co-presidente do Grupo de Mudanças Climáticas e Resiliência da Plataforma dos Parceiros de Cooperação.

Recentemente, num encontro de preparação da próxima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – COP28, que terá lugar em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o grupo de parceiros de cooperação quis perceber do Governo o seu posicionamento em relação à aposta nesta fonte alternativa.

“Gostaríamos de nos informar sobre o posicionamento do Governo de Moçambique em relação à possível consideração e viabilidade de uma fonte inovadora de financiamento, como pode ser a contribuição dos lucros de petróleo e gás para um fundo de perdas e danos no país”, disse a co-Presidente da Plataforma dos Parceiros de Cooperação, no seu discurso de ocasião.

No entanto, o Governo ainda não tornou pública a sua posição sobre a matéria.

#### DISPONÍVEIS A APOIAR

Em entrevista à nossa reportagem, Kajsa Johansson expressou a disponibilidade do seu país em

ajudar Moçambique no que for necessário para aceder aos fundos disponíveis ao nível das instituições multilaterais.

“Gostaríamos de apoiar sobre como ter acesso aos fundos de compensação de danos e perdas. É um direito que Moçambique tem, porque a sua contribuição para as mudanças climáticas é extremamente pequena, mas sofre muito com os seus efeitos e nós podemos apoiar, para aceder a esses mecanismos”, disse a responsável, assegurando estar em curso discussões com as autoridades nacionais sobre como materializar o apoio.

A Suécia é um dos grandes parceiros de cooperação de Moçambique e apoia projectos de desen-

volvimento em diversas áreas há mais de quatro décadas.

Em Dezembro de 2021, refira-se, aquele país aprovou a nova estratégia quinquenal de cooperação bilateral, onde a área climática surge no topo da agenda.

Só para este ano, os fundos orçados na estratégia estão na ordem de 650 milhões de coroas suecas, o equivalente a pouco mais de 58 milhões de dólares, que estão a ser aplicados em projectos nas áreas prioritárias da estratégia, tais como biodiversidade, adaptação climática e energias renováveis; direitos humanos, democracia, Estado de direito e igualdade do género; desenvolvimento económico inclusivo; e sociedades pacíficas inclusivas.

## Moçambique precisa de 19% do PIB para acções de adaptação pós-cheias e seca

- Um Relatório do Banco Africano de Desenvolvimento, divulgado recentemente, diz que o país precisa de maior mobilização do sector privado para financiar iniciativas sustentáveis e contribuir para os objectivos de crescimento verde

O Banco Africano para o Desenvolvimento (AfDB – na terminologia inglesa) diz que Moçambique deve avançar para a mobilização do sector privado, em larga escala, de forma a atingir as suas ambições de acção climática e “crescimento verde”.

Num relatório intitulado “Mobilizando Financiamento do Sector Privado para o Clima e Crescimento Verde”, lançado esta quinta-feira, a instituição reconhece que Moçambique tem demonstrado um forte cometimento político com o crescimento da economia verde e fez grandes progressos na priorização

de acções climáticas, contudo, realça as limitações de financiamento como um dos grandes desafios.

“Apesar do forte cometimento com o ‘crescimento verde’, o financiamento a esses esforços têm sido desafiantes”, refere-se no relatório, apontando “as limitações no acesso ao crédito internacional a taxas competitivas” como um dos factores.

De acordo com contas daquela entidade, o país necessita de valor equivalente a pouco mais de 19% do seu PIB (Produto Interno Bruto) para programas de adaptação aos efeitos pós-cheias e seca.

Face ao défice de financiamento, o relatório indica que “para que o país atinja as suas ambições climáticas, é necessário que haja uma mobilização em larga escala do financiamento do sector privado”.

Num contexto em que a grande maio-

ria do financiamento do sector privado ao país vai para a indústria extractiva, o banco defende uma mudança de paradigma.

“Embora tenham sido observados investimentos do sector privado em Moçambique, o seu foco está predominantemente em sectores que não apoiam directamente o crescimento verde, como é o caso das indústrias extractivas. Portanto, há uma necessidade premente de redireccionar e expandir o investimento do sector privado, para responder à crescente procura de iniciativas sustentáveis e contribuir para os objectivos de crescimento verde”, sugere o relatório.

Por outro lado, aquela instituição financeira volta a destacar a necessidade de diversificação da economia, promovendo ligações, por exemplo, entre a indústria do gás natural e os sectores da agricultura e pescas.





**Amade Camal**  
Colunista

# Mudanças climáticas

**A**s mudanças Climáticas são um fenómeno complexo e controverso nos dias que correm. O Planeta tem vindo a transformar-se há milhões de anos. Podemos destacar a Era Pré-Glacial há milhões de anos, que terminou há 120 mil anos, seguida da Era Glacial que existiu até há 11.000 anos. Desde então o planeta tem vindo a aquecer, até aos dias de hoje.

Este fenómeno é derivado do movimento vertical da Terra à volta do Sol denominado Inclinação Axial, que está na origem das Estações Climáticas do ano e nas variações sazonais em várias partes do mundo.

São factos que o Deserto do Sahara foi uma floresta com fauna específica durante a Era Glacial.

A Europa tal a conhecemos hoje não era habitável por estar coberta de gelo.

A África tinha um clima mais frio e seco. O Amazonas era uma floresta menos densa própria de um clima mais frio e seco.

A América do Norte era coberta de gelo glacial.

A Ásia durante a Era Glacial tinha temperaturas mais frias com extensas zonas cobertas de gelo e uma paisagem e fauna apropriada de um clima mais frio.

Os níveis do mar eram mais baixos, que expunham terras e civilizações que foram submersas ao longo do tempo.

As Mudanças Climáticas são um processo natural do Planeta.

Como é óbvio, há 11.000 anos não havia densidade populacional, veículos automóveis, aviões, barcos e comboios que produzissem Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>), tão pouco produção industrial de animais que libertasse Metano (CH<sub>4</sub>), muito menos industriais poluidoras que libertassem gases para a Camada de Ozono.

A actual Narrativa, é que o aquecimento Global do Planeta é devido a produção desses gases que aceleram o degelo e consequentemente a subida dos níveis dos Oceanos, etc, etc.

Quem sou eu para contrariar a dinâmica “científica” dessas decisões que reúnem inúmeros dignitários e diferentes instituições como nas Conferências do Rio, de Kioto, de Paris, e os diferentes COPs.

A história diz, que muitas outras narrativas, também envolvendo dignitários e instituições como ONU, Banco Mundial, FMI, UE e outras que promoveram de

forma fundamentalista a Globalização, culminou com a Organização Mundial do Comércio (WTO), que promovia ou impunha o fim das barreiras alfandegárias para que o comércio fluísse de todo mundo para todo mundo.

O que resultou dessa Globalização foi que os países Ocidentais mais industrializados, adquirissem matérias-primas a baixo custo e exportavam produtos acabados para o resto do mundo, perpetuando o empobrecimento dos menos desenvolvidos.

No ano 2000 a China integrou a WTO e dez anos mais tarde tornou-se o maior exportador de bens industrializados do mundo e, como consequência, a WTO foi basicamente desmantelada.

Hoje somos testemunhas de políticas proteccionistas dos Países Ocidentais a fim de dificultarem o comércio global, quando não é em seu benefício, atropelando toda filosofia antes por eles promovida, através da WTO.

Mais recentemente, testemunhamos a retirada dos USA (um dos mais poluidores do mundo) do Acordo de Paris, por dificultar o seu desenvolvimento económico e industrial.

Durante o COP 26, foi determinado que o carvão e gás natural fossem descontinuados. Valeram os protestos das economias menos desenvolvidas produtores destes energéticos liderados pela Índia para um adiamento dessa decisão. Passados alguns meses com o início da guerra na Ucrânia, a UE sofreu a escassez de gás, e hipocritamente, este bloco tornou-se um dos maiores importadores de carvão do mundo, e aumentou a importação de combustíveis fósseis como diesel e gasolina, para satisfazer as suas necessidades energéticas.

Apesar dos factos acima narrados, Moçambique não deve gastar as suas energias a “remar contramaré” devendo ajustar-se à realidade, que oferece inúmeras oportunidades, procurando soluções inteligentes, que acrescentam valor à sua economia, como tem feito a China, com muito sucesso.

A Agricultura, a agro-indústria, o processamento de matérias-primas extractivas e muitas outras soluções que Moçambique deverá implementar, serão tema na próxima edição.

Até lá,

A Luta Continua.

# Floresta pelo carvão: uma prática que desafia a lei



Um dos mercados de venda de carvão vegetal na cidade de Maputo

O abate indiscriminado de árvores para a produção de carvão está a colocar em risco de extinção algumas espécies nativas na Província de Maputo. Trata-se de uma prática que ocorre um pouco por todo o país, por vezes sob olhar inerte das autoridades comunitárias e florestais.

Os distritos da Manhiça, Magude e Moamba são alguns exemplos de áreas onde o abate não para. Do interior daqueles distritos saem diariamente dezenas de camiões carregados de sacos de carvão vegetal, para serem vendidos na região do grande Maputo.

No distrito da Manhiça, por exemplo, há quem julga que o abate das árvores para a obtenção do carvão é um direito adquirido e ninguém tem autoridade para impedir.

“Há muito tempo que estamos nesta actividade. Somos nativos destas terras e não há autoridades que nos podem impedir de explorar o que a natureza nos deu” defendeu Albino Machava, produtor

de carvão no interior de Manhiça, durante uma conversa com a nossa reportagem.

“Cortamos as árvores que queremos e onde quisermos”, enfatizou.

Na perspectiva dos produtores de carvão, não há lei que vigora e que possa impor limites na sua actividade, até mesmo porque em algumas zonas, não passa qualquer fiscalização.

Nas zonas de produção do carvão, o desmatamento é visível e os produtores reconhecem que algumas espécies que faziam parte do ecossistema local já desapareceram, por causa da acção humana.

“Consigo notar que as árvores estão a acabar. Os locais que estavam cobertos por vegetação estão agora a céu aberto e algumas espécies já estão em extinção. Nalguns sítios, há uma disputa entre nós os produtores para podermos cortar árvores e posteriormente produzir carvão”, assumiu Pedro Matavele, carvoeiro no distrito da Moamba.

A ameaça de extinção das árvores

que produzem carvão não trava o apetite dos produtores e nem sequer desperta neles a necessidade da reposição das que vêm sendo abatidas.

Ciente do risco que o abate sem reposição representa para as futuras gerações, há quem entrega a Deus a decisão do futuro.

“As árvores que cortamos são as que cresci enquanto existiam. Veremos o que Deus vai nos dar quando acabarem” disse, segura, Beatriz Cossa, produtora de carvão, também no distrito de Moamba.

Segundo os próprios produtores, para cada saco de carvão é preciso abater uma árvore e há produtores que chegam a deitar abaixo entre 15 a 20 árvores por dia, para produzir carvão.

Dados oficiais indicam que Moçambique perde por ano, cerca de 267 mil hectares de florestas, como resultado do desmatamento que tem como principais causas a prática da agricultura itinerante, a expansão urbana, a mineração e a produção do combustível lenhoso.

# Elevando Sua **Marca** no **Universo** **Digital**

Em um mundo cada vez mais digital, a presença online é fundamental para o sucesso de qualquer negócio. Na Terra Media, somos especialistas em impulsionar a sua marca e mensagem no vasto cenário digital

## NOSSOS SERVIÇOS



### **CRIAÇÃO E GESTÃO DE WEBSITES**

Criação de um design visual atraente e responsivo.  
Desenvolvimento de protótipos.  
Escolha de cores, tipografia e elementos de design.  
Garantia de usabilidade e acessibilidade.



### **ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS**

Palestras, Workshop,  
Seminários, Conferências,  
Mesas Redondas.



### **PRODUÇÃO DE REVISTAS CORPORATIVAS**

Produção Profissional, conteúdo persuasivo,  
design atraente, versatilidade de formato  
e Qualidade.



### **CONCEPÇÃO E PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS**

Documentários,  
Reportagens e  
Vídeos Institucionais.

## contacte-nos



terramagazinemz@gmail.com  
www.revistarra.co.mz

+258 842 399 758  
+258 847 322 282  
+258 821 233 910

# Cabo Delgado: terrorismo deixa marcas no sector agrário

Com a instabilidade provocada pelas acções terroristas desde Outubro de 2017, Cabo Delgado vai mostrando que há vida para além da guerra. Em entrevista à Revista Terra, o Governador Valigy Tauabo fala do potencial da província e dos impactos que o terrorismo representa para o sector agrário e na gestão da terra.



Valigy Tauabo - governador de Cabo Delgado

**Conhecido o potencial agrícola de Cabo Delgado, que acções estão em curso para transformar a província num verdadeiro e cada vez maior contribuinte para a economia nacional e segurança alimentar do País?**

Dizer que o sector da agricultura e pescas na nossa província continua ser o maior contribuinte na economia e o garante da segurança alimentar do País. Realizámos um estudo de avaliação do potencial na irrigação da bacia hidrográfica de Messalo, onde constatámos a existência de 168.000.000 de metros cúbicos de água, e na bacia de Megaruma, com 20.298.000 metros cúbicos para irrigação de campos agrícolas, de modo a garantir a produção para todo

o ano.

De forma a garantir o encaixe de água que possa permitir a produção em todo o ano, o abeberamento e realização de outras actividades pelas comunidades, projectamos a reabilitação e construção de represas, bem como abertura de diques nos distritos de Chiúre, Ancuabe, Montepuez, Mecúfi e Namuno.

Estamos a fazer o fomento da cultura de soja, um cereal que no futuro vamos usar na produção de ração para alevinos e frangos. E, actualmente, algumas unidades de processamento de farinha de milho usam-na para a fortificação deste alimento.

Desta feita, no primeiro semestre deste ano (2023), Cabo Delgado produziu 1.7 toneladas de soja. Igualmente, esta-

mos a fomentar a horticultura, a agricultura de conservação e hortas caseiras nas zonas urbanas, para a diversificação dos alimentos e garantir a segurança alimentar e nutricional.

Na presente campanha, projectamos colher 92.150 toneladas e, até ao momento, produzimos 59.312 toneladas de hortícolas, uma realização na ordem de 72.9 por cento, quando comparado com igual período do ano transacto.

Um dos desafios tem sido a acessibilidade aos insumos agrícolas pelos produtores. Para contornar esta situação, temos realizado feiras de insumos, as quais, este ano, tiveram lugar nos distritos de Mecúfi e Ancuabe. Outras acções em curso e de carácter permanente são: prevenção e controlo fitossanitário

da lagarta do funil do milho, gafanhoto elegante e mal do Panamá.

**Qual é o nível actual de produtividade, por exemplo, na última campanha e quais as perspectivas para a campanha prestes a terminar?**

Na última safra agrícola 2021/2022, Cabo Delgado colheu 431.517 toneladas de cereais, 145.126 toneladas de leguminosas e 1.134.566 toneladas de raízes e tubérculos, o que representa uma realização de 93 por cento, 98.1 por cento e 94.1 por cento, respectivamente.

Na presente campanha agrícola 2022/2023, esperamos alcançar uma produção de cerca de 476.296 toneladas de cereais, 139.674 toneladas de leguminosas e 1.326.487 toneladas de raízes e tubérculos, para além de 77.240 toneladas de hortícolas diversas.

**Em termos de desafios para este sector, o que é que pode destacar?**

Quanto aos desafios, temos a destacar a falta de uma cadeia de valor avícola completa, sobretudo a inexistência de fábricas de ração, matrizes ou reprodutoras, assim como falta de incubadoras industriais.

**Como é que estamos na questão de agro-processamento, considerando o nível de desperdício de alguma produção local?**

Nas regiões norte e centro da província, onde o parque industrial foi alvo de destruição, recuperámos 113 unidades de processamento de cereais, o correspondente a 40 por cento. Neste momento, estamos a implementar um programa orçado em um milhão de dólares, para a reposição de 40 unidades de agro-processamento.

Através da iniciativa CD PARKS, estamos a desenvolver a instalação de parques industriais, num investimento estruturante de 100 milhões de dólares.

**Tendo em conta o potencial existente na província, está satisfeito com o nível de resposta do sector privado ao chamamento para investir em Cabo Delgado?**

De uma maneira geral, a avaliar pelo imenso potencial que Cabo Delgado ostenta, posso afirmar que sim, mas como há muito potencial ainda por explorar, é importante incrementar os actuais investimentos. No primeiro semestre de 2023, Cabo Delgado registou um investimento de 1.6 milhão de meticais e vamos responder favoravelmente aos

incentivos do “CD PARKS” e do “Visite Cabo Delgado”, tendo em conta que a situação é positiva e favorável ao desenvolvimento

**O que é que falta para que o sector privado nacional e internacional aposte cada vez mais em Cabo Delgado, para investir e explorar as potencialidades existentes?**

Cabo Delgado já é o maior destino de investimentos internacionais, se considerarmos o sector energético. A província está a executar um investimento de 30 biliões de dólares no sector energético e é uma referência em África.

Actualmente, Cabo Delgado está a

*O impacto do terrorismo no sector agrícola é negativo, porque perdemos equipamentos agrícolas, alguns produtores foram obrigados a deixar as suas áreas de produção, parte considerável do gado foi perdida.*

produzir e exportar gás natural liquefeito e a contribuir sobremaneira para o crescimento do PIB nacional em 2 a 3 pontos percentuais, de acordo com as projecções mais recentes.

No sector da exploração de minérios, a extracção, processamento e exportação de grafite, rubis e outras gemas atraíram um investimento de 1.3 bilião de dólares em concessões ao longo da província.

E somos, neste contexto, o terceiro maior produtor de grafite no mundo, com uma cota do mercado, neste momento, a província está a desenvolver parques industriais, que devem representar estrategicamente o maior atractivo na facilitação de investimento, com um pacote de incentivos que viabiliza igualmente a participação massiva do sector privado nacional, muito especialmente o empresariado local.

Essa operação dos parques vai inte-

grar a economia local e a economia do grande capital de investimento internacional existente na província, bem como diversificar a nossa actividade económica.

**Qual tem sido o impacto do terrorismo no sector agrícola e o que é que a província perdeu desde que esta instabilidade iniciou?**

O impacto do terrorismo no sector agrícola é negativo, porque perdemos equipamentos agrícolas, alguns produtores foram obrigados a deixar as suas áreas de produção, parte considerável do gado foi perdida, nomeadamente, 1.747 bovinos, 3.919 pequenos ruminantes, 12.410 suínos, bem como 2.188.962 aves.

Para o repovoamento das espécies perdidas, estamos a implementar a estratégia de fomento pecuário, o sistema “UVALA” (recepção do efectivo e devolução após reprodução).

**Do ponto de vista ambiental e faunístico, alguma avaliação do impacto que a guerra está a representar para a província?**

Até ao ano passado (2022), houve redução de pedidos de autorização para implementação de projectos de desenvolvimento na zona norte e centro da província, devido à insegurança que na altura se fazia sentir. E alguns investidores tinham paralisado as actividades dos seus projectos que estavam a ser implementados.

Na área da fauna, a situação de insegurança afectou negativamente, pois o conflito homem-fauna bravia aumentou de forma significativa.

**Uma das faces mais visíveis desta instabilidade é a onda de deslocados que a província tem. Qual é o impacto que isso tem na gestão actual da terra e qual será no futuro?**

O deslocamento de pessoas motivado pela instabilidade está a trazer dificuldades no processo de gestão da terra, no que tange à titulação de requerentes ao Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), pagamento de taxas e planificação de áreas para reserva de Estado. É neste sentido que estamos a redobrar esforços para garantir a reforma, de modo a que sejam reparados os direitos pré-existentes e adquiridos, de boa-fé, como forma de voltar a cumprir os direitos e obrigações.

# El- Niño: Massingir em alerta à espera de tempos de crise

A região Sul do país, com destaque para a província de Gaza, está em estado de alerta máximo devido ao fenómeno climático El Niño, que, segundo previsões meteorológicas, terá efeitos a partir da presente época chuvosa, provocando seca que pode atingir nível severo.



Segundo previsões do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), os distritos de Massingir, Chibuto, Guijá, Mapai e Mabalane serão os mais afectados, apontando os meses de Dezembro a Fevereiro como os que poderão ser os mais críticos.

A Revista Terra esteve no distrito de Massingir e ouviu da administração local sobre o nível de prontidão para responder ao iminente fenómeno.

“Estamos em situação de alerta máximo. Como sabem, Massingir é um distrito que nos últimos anos sofre muito com as mudanças climáticas, registando quase sempre uma situação de precipitação escassa”, disse a administra-

dora do distrito, Esmeralda Muthemba.

A agricultura e pecuária são as faces mais visíveis do impacto do El Niño. Depois de uma época agrícola que, segundo dados da administração do distrito, esteve a um nível superior a 100 toneladas de culturas diversas, com destaque para o milho, as previsões climáticas trazem preocupações para a segurança alimentar nos próximos meses, por isso, Muthemba diz que estão a ser adoptadas medidas de sensibilização das comunidades, para manterem os seus excedentes.

“Estamos a sensibilizar, para que a produção já colhida, principalmente cereais, seja apenas para o consumo e

não para venda, precisamente porque a chuva vai escassear”, referiu a administradora.

“Naturalmente, quando chega esta altura, a tendência das comunidades é de vender boa parte dos excedentes que têm, porque sabem que vamos entrar em novas sementeiras e novas colheitas. Mas, por causa desta situação do El Niño, nós estamos a sensibilizar para não fazerem a venda”, frisou.

Apesar das medidas em curso, o governo de Massingir diz haver, pelo menos, cinco comunidades em situação crítica e que merecem muita atenção. “Parte da população do posto-sede vai sofrer muito com a situação, porque se

encontra ao longo da estrada Massingir-Chókwè, onde não corre nenhum rio e a agricultura depende exclusivamente da chuva”.

“Com esta previsão de falta de chuva, estamos a antever que haja muito sofrimento. Mesmo agora, é a população que nos preocupa, porque já começou a sofrer da escassez de alimentos e, para além de comida, nós temos de lhes fornecer água para o consumo, porque só vivem da água da chuva”, destacou.

### Minimizar o impacto

Para reduzir os possíveis impactos da seca, o distrito aposta na agricultura de irrigação, que deverá ser garantida por furos de água abertos em algumas zonas.

“Nós temos privilegiado a agricultura de irrigação. É uma prática que temos adoptado há algum tempo, contudo, quando chega a época chuvosa, a população tem abandonado, para praticar a agricultura de sequeiro. Mas, face às previsões para este ano, estamos a sensibilizá-los para que continuem a preparar as machambas, para continuarem a apostar na irrigação”.

Caso as previsões se confirmem, o gado bovino está entre os que mais vão sofrer com os impactos. Com uma população bovina estimada em 40 mil cabeças, o distrito diz estar a acautelar a situação, para que o impacto também seja diminuto.

“Já nos preparámos para isso. Temos cinco comunidades onde temos pastos



Esmeralda Muthemba - administradora de Massingir

comunitários e, dentro desses pastos, abrimos furos de água que funcionam à base de painéis solares, onde tiramos água para o abeberamento”, explicou a dirigente, garantindo haver uma colaboração dos maiores produtores locais.

“Para os grandes criadores, nós estamos a prepará-los para vender uma parte do gado, com vista a financiarem a abertura de mais furos de água para o abeberamento e isto está a acontecer”, explicou, admitindo, porém, que devido ao número de animais, haverá gado que irá sofrer.

“Ainda temos outro gado que vai ter de percorrer longas distâncias para ir à procura de água. O que nós temos de fazer, neste momento, é que os fonta-

nários que fizemos para o abeberamento funcionem em pleno neste período. Se isso acontecer, não havemos de ter muitas situações em termos de abeberamento”.

Entretanto, Esmeralda Muthemba disse que o maior sofrimento poderá ser em termos de pasto, pois, apesar de haver medidas já adoptadas, o risco de ruptura é grande.

“Ao nível da vila, que já é município, preparamos uma área de cerca de 20 mil hectares onde iremos transferir alguns curais que se encontram dentro da área municipal. Já programamos a abertura de furos de água, porque são muitas comunidades que vão fazer o pasto naquele local”, conclui.

## Mais de 200 mil hectares de áreas agrícolas poderão ser afectadas pela época chuvosa

Pelo menos 800 mil pessoas e 280 mil hectares de áreas potencialmente agrícolas poderão ser afectadas pelas cheias ou inundações ao longo da próxima época chuvosa, sobretudo na região norte do país, onde as previsões meteorológicas apontam para a ocorrência de chuvas que poderão variar entre o normal e acima do normal.

A Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) admite que o número pode subir, em função de outros factores, nomeadamente, a ocorrência de ciclones.

“Em termos de impactos nós estamos a prever, só de cheias, sem incluir a questão dos ciclones, mais ou menos 800 mil pessoas que podem

ficar afectadas e 280 mil hectares de áreas potencialmente agrícolas” revelou Agostinho Vilanculos, técnico da DNGRH, durante o 10º Fórum Nacional de Antevisão Climática, que teve lugar na cidade de Maputo.

De acordo com a fonte as bacias do Búzi, Púnguè, Zambeze e Licungo, na região centro, são as que apresentam maior risco de ocorrência de cheias, sobretudo na segunda fase da época chuvosa (Janeiro, Fevereiro e Março de 2024), que em função de factores como possível ocorrência de ciclones, podem elevar o nível de impactos previstos.

“Esta previsão pode se agravar, a partir do momento em que tivermos situações de ciclones, mas se não ti-

vermos situações desta natureza, nós estamos a prever cheias de magnitude moderada e moderada-alta” realçou a fonte.

Para a zona norte, as atenções vão para as bacias de Messalo, Megaruma, Montepuez e Lugenda, onde também há um risco de ocorrência de cheias de magnitude moderada a alta.

Refira-se que dados oficiais do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural indicam que no presente ano, pouco mais de 409 mil hectares de áreas de produção agrícola ficaram afectadas pela época chuvosa, dos quais, 133 mil hectares de produtos ficaram perdidos.



**Adelino Buque**  
Colunista

## Terra e a Produção Agrícola em Moçambique!

Quando se fala na produção agrícola, é indissociável o uso e aproveitamento da Terra. E quando se trata de uso e aproveitamento da Terra em Moçambique, um País com mais de 80 milhões de Hectares, dos quais 36 milhões são aráveis, o debate torna-se periclitante. A questão é perceber como é feito o uso efectivo da terra e seu aproveitamento, quem são os actores principais e seu nível de utilização.

Dados recentes, 2021, indicam que da terra arável em Moçambique, estimada em 36 milhões de Hectares, somente 5 milhões são usados para a Agricultura, com predominância do sector familiar.

Existe, em Moçambique, a percepção de que há receio do Estado ou do Governo do dia de promover uma agricultura comercial predominantemente nacional, ou seja, as políticas do Governo não favorecem a emergência de Agricultura Comercial no verdadeiro sentido e, sobretudo, praticada por nacionais. Na verdade, é na Agricultura Comercial que existe o potencial de emergência de um Capitalismo nacional consistente, um Capitalismo que pode ombrear a médio e longo prazo com outros capitais do mundo. Esta percepção emerge do facto de as políticas agrárias nacionais privilegiarem o sector familiar e/ou a produção de commodities viradas para a exportação. Veja as políticas que Moçambique tem no sector desde a independência nacional.

“Uma série de programas (por vezes com sobreposições) foram assim lançados, todos eles com êxito negativo. PRO-AGRI, Revolução Verde, Biocombustíveis e, finalmente, grandes investimentos virados para a exportação de commodities, tais como ProSavana, Silvicultura e Sustenta.”

In Caderno de Estudos Africanos, Luca Bussotti

A percepção referida acima encontra sustentação no facto de as multinacionais estrangeiras adquirirem o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra com mais facilidade que os nacionais. Esses capitais internacionais ocupam extensas áreas, que muitas vezes suplantam as áreas de um Distrito, o que tem trazido vários constrangimentos na gestão dos conflitos, uma vez que a sua concessão é feita a nível central e as estruturas de nível provincial e do Distrito são apenas receptores e passadores das terras em causa.

Tratando-se de extensas áreas, é normal que as mesmas tenham ocupantes que, por várias razões, não possuem DUAT. Trata-se de ocupações tradicionais, por famílias que ali nasceram e viveram, desde os seus antepassados até hoje; trata-se de terras que a comunidade usa para a pastorícia do seu Gado e abeberamento, isto é, são nativos que nunca precisaram de registar as suas terras. Ao nível da ocupação de terra, o mapa apresenta-se sem ninguém, mas, na prática,

existem essas pessoas, essas comunidades que acabam por ser escuraçadas das suas terras e desterradas para lugares desconhecidos! Veja sobre a ocupação de terra em Moçambique pelo Capitalismo internacional.

“O capitalismo financeiro busca essencialmente a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global, tanto pelo acesso à terra para a produção de commodities agrícolas como para a obtenção de concessões com vista à exploração dos recursos naturais do subsolo (carvão mineral, areias pesadas, minério de ferro, grafite, ouro, rubi, turmalinas, etc.), ambos de interesse do mercado internacional. No caso moçambicano, nem sempre as áreas concessionadas ao grande capital são livres ou desocupadas, como tem sido referido pelas autoridades governamentais, mas, sim, os outros usos, sobretudo comunitários, são na maioria das vezes ignorados.”

In COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ MOÇAMBIQUE, Outubro de 2021

O desterro das populações das suas terras de origem para lugares de reassentamento traz consigo não somente conflitos de natureza material, mas, sobretudo, de natureza cultural e social: as campas dos seus antepassados ficam e são vandalizadas pelo capital que explora a terra, não se respeita a cultura das pessoas desterradas, não podem fazer o culto aos seus antepassados e, pelo sim ou pelo não, passam a ser pessoas sem referência, por conseguinte, marginalizadas. Isto acontece tanto para os grandes investimentos estrangeiros para a produção agrícola, virada, sobretudo, para as Commodities, numa monocultura que empobrece a terra, caso da indústria extractiva.

A forma de ocupação de terra e seu aproveitamento é importante, para que, nas próximas reflexões, possamos compreender as dificuldades que existem para a emergência de uma agricultura desenvolvida, capaz de garantir o sustento das famílias moçambicanas com quantidade, qualidade e regularidade. Não podemos falar de agricultura sem olharmos para a forma como a terra é ocupada nem, sobretudo, para quem ocupa e se esse ente ocupante cumpre os objectivos a que se propôs aquando da sua aquisição.

Apesar de se ocupar a ínfima parte da terra arável em Moçambique, grosso modo, a terra tem donos, tem pessoas que ostentam DUAT, mas que não fazem praticamente nada, deixando a terra de pousio e ociosa. Trata-se de gente que, ocupando posições privilegiadas, teve a oportunidade de “assaltar” a terra e espera uma oportunidade para a arrendar a terceiros. Trata-se de pessoas sem noção da agricultura, mas, devido às suas posições e influências, apropriaram-se da terra. No entanto, sobre esse e outros aspectos, farei abordagem nos próximos capítulos.



# Serviços GRÁFICOS

Melhoramos a sua  
**comunicação** com  
*estilo* e **inovação**

Para qualquer tipo de serviços  
contacte-nos através do e-mail:  
**[terramediamz@gmail.com](mailto:terramediamz@gmail.com)**



**SUA IMAGEM**  
ARTE & COMUNICAÇÃO

## Castanha de caju mais barata para a próxima campanha

O preço de comercialização da castanha de caju estará dois meticais mais barato na campanha 2023-2024, comparativamente ao que foi praticado na época passada, determinou o Comité das Amêndoas, um órgão que junta o governo, produtores e os industriais do sector.

De acordo com a decisão que saiu da primeira sessão do comité, a venda será feita a 35 Meticais por quilograma, contra 37 Mt praticados para a safra anterior.

A queda do preço é justificada pela conjuntura do mercado externo que prevê custos mais baixos.

Tal como tem sido em muitas sessões de concertação, o novo preço te e de ser definido por mediação, uma vez que os produtores e os industriais estavam com vontades divididas.

A associação dos produtores apontava para um preço de referência de 37,81 Meticais por kg, o sector industrial defendia 31,4 Mt e o governo, através do Instituto de Amêndoas levava à mesa negocial a tabela de 37,16 meticais.

A comercialização da próxima colheita será a primeira a acontecer no quadro da nova lei do caju, que tem como um dos principais aspectos, o aumento da sobretaxa da exportação da castanha de caju em bruto, que passou dos anteriores 18% para 22%.



## Inhambane supera metas na comercialização da batata-reno

A província de Inhambane conta ultrapassar este ano, as metas estabelecidas na comercialização da batata-reno, como resultado do crescimento do nível da produção registada na presente campanha.

De acordo com dados avançados pelo governador daquela província do Sul do país, Daniel Chapo, a previsão é que a presente campanha tenha no mercado pouco mais de 10 mil toneladas.

“Na presente campanha esperamos comercializar 10.442,90 toneladas de batata-reno contra 8.825,10 toneladas comercializadas na campanha 2022, o que corresponde a um crescimento de 18,3%” disse Tchapo, falando no distrito de Mapinhane, durante o lançamento da campanha de comercialização referente á presente época.

Segundo aquele governante, o crescimento da meta de comercialização resulta do aumento da produção registada, em resposta à aposta nesta cultura que, dadas as potencialidades que a província tem, concorrem para que se torna numa das culturas de bandeira de Inhambane.

A visão do governo de Inhambane é tornar a província auto-suficiente nesta cultura daí que têm apostado em apelos para que os produtores apostem cada vez mais no cultivo.

## Moçambique terá Estratégia Nacional de Transição Energética

Moçambique poderá ter até finais de Outubro corrente, uma Estratégia de Transição Energética, para responder às necessidades impostas pela agenda global de energias limpas, no âmbito do combate às mudanças climáticas.

A garantia foi dada no início do mês passado, pela Ministra da Terra e Ambiente, Ivete Maibaze, assegurando que a estratégia será um dos instrumentos a ser levado à COP 28, que terá lugar este ano na cidade de Dubai, Emirados Árabes Unidos.

“A Estratégia de Transição Energética está na sua fase final de elaboração. Tivemos oportunidade de partilhar a proposta com parceiros relevantes na Cimeira Africana do Clima, que era para colher mais sensibilidades por forma a que tenhamos até princípios de Outubro, um instrumento finalizado para submissão à aprovação do Governo. É este um dos instrumentos que levaremos ao COP 28, por forma a partilhar aquilo que é a nossa visão em relação à energias limpas” disse a ministra, falando à imprensa.

Sem avançar com detalhes da proposta, a ministra frisou apenas que a estratégia vinca as potencialidade nacionais que irão contribuir para uma transição para as energias limpas.



## Governo aprova regulamento de biocombustíveis puros

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 19 de Setembro, um novo regulamento para orientar o uso e produção de biocombustíveis puros e suas misturas com produtos petrolíferos no país.

O regulamento foi aprovado através de um decreto que revoga a anterior norma que vigorava desde 2011.

De acordo com um comunicado de imprensa do Conselho de Ministros “o decreto estabelece o regime das actividades de produção, trans-



porte, armazenagem, distribuição, comercialização, exportação e fixação de preços de biocombustíveis puros, bem como procedimentos de suas misturas com produtos petrolíferos no território nacional”.

Estudos diversos mostram que Moçambique tem um enorme potencial de produção de biocombustíveis e oportunidades de mercado, quer dentro, quer fora do país, contudo, apesar de tentativas de incentivar a aposta neste sector, a resposta dos continua aquém do esperado.

PUB

## Nossos Serviços na Área de Construção

Oferecemos uma diversa gama de opções aos nossos clientes

### CONTACTE-NOS NA:

1 Litchie Road, Vintonia, Nelspruit, Mpumalanga

Ou através do email:

[sales@rotundaplanthire.co.za](mailto:sales@rotundaplanthire.co.za)

Tel: +72 (82) 966 1652

Tel: +27 (83) 577 6398

Webpage: <https://rotundaplanthire.co.za/>





**Revista Terra**

Rua da Resistencia n.º 1642, 3º Andar, Porta  
M Telef.: +258842399758, +258847344482  
e +258821233910

Email: [terramagazinemz@gmail.com](mailto:terramagazinemz@gmail.com)